

A Senha

Entro pela porta da Justiça do Trabalho como qualquer pessoa que busca um direito. Pego uma senha, sento-me e começo a perceber os detalhes da sala e das pessoas que aguardam a chamada.

A sala não é grande, mas carrega mais do que seu tamanho sugere. Há um leve cheiro de café recém-coado. As cadeiras são todas idênticas: ferro preto, estofado simples, uma ao lado da outra. Talvez seja exatamente isso que precisa ser dito sobre elas: antes de qualquer história, todos se sentam sobre a mesma espera.

Logo à minha frente está um senhor bem-vestido, com uma pasta de couro sobre os joelhos. Talvez seja um advogado de longa data, acostumado ao local. Ele não olha para o celular — apenas espera, com a serenidade de quem já conhece o ritmo daqui. Ao lado dele, uma mulher jovem amamenta seu bebê enquanto aguarda. Segura a senha entre os dedos da mão livre com força. Dois mundos, ocupando cadeiras do mesmo ferro, com o mesmo papel em mãos. Quem são ou de onde vieram, pouco importa.

Há algo de extraordinário nesse gesto banal de pegar uma senha e se sentar. É o gesto de quem acredita. Mesmo sem certeza do resultado, aquelas pessoas decidiram que havia um lugar onde valia a pena tentar.

Há mais de quarenta anos, essa cena seria improvável — não pela fila em si, mas pelo que ela representa. Durante muito tempo, a distância entre o direito escrito e o direito vivido era intransponível para a maioria. Havia leis, sim. Havia dignidade registrada no papel. Mas havia também o silêncio de quem não sabia que podia falar e o peso de quem sabia, mas não encontrava onde ser ouvido. Quarenta anos construíram mais do que direitos. Construíram a possibilidade concreta de pessoas diferentes atravessarem a mesma porta e esperarem por uma resposta — com a mesma dignidade, independentemente de onde vieram. A senha não apaga as desigualdades do trabalho, mas afirma uma promessa pública: todos têm direito à escuta.

Um pouco mais adiante, perto da porta, um rapaz usa uma camisa social com as mangas dobradas três vezes sobre os pulsos, como se estivesse tentando caber dentro da roupa e da responsabilidade. Ele mexe no celular enquanto o tempo passa. Está nervoso de um jeito discreto, como quem não quer parecer nervoso diante da primeira audiência. Ao seu lado, um policial fardado também aguarda sentado. Ali, a farda não o coloca acima da espera: ele busca direitos como qualquer cidadão. Há simetria e poesia dentro dessa sala, que nenhuma lei conseguiria decretar.

A sala é silenciosa, mas não está quieta por dentro. Não está vazia de vontade, nem de futuro.

Cada pessoa aqui carrega uma história que não cabe em uma simples prancheta de formulário. Uma conta no final do mês que não bateu. Um mês de trabalho que ficou sem pagamento. Um acordo que foi esquecido assim que deixou de ser conveniente. Coisas que acontecem no mundo do trabalho e que, às vezes, precisam sair do silêncio para serem ouvidas com respeito.

Uma senha aqui representa mais do que coragem: representa a confiança de que existe um lugar capaz de ouvir, reconhecer e decidir com justiça. E é exatamente isso que quarenta anos construíram — não apenas processos e sentenças, mas uma certeza discreta, gravada no cotidiano das pessoas: de que vale a pena tentar.

Eu também vim por algo que precisava ser dito em voz alta. Não por grandes causas ou injustiça histórica. Eu vim por algo que parecia pequeno demais para importar aos outros e que, com o tempo, se tornou grande demais para que eu pudesse ignorar. E a decisão de pegar essa senha e me sentar nesta cadeira foi, à sua maneira, um ato de fé e rebeldia: fé de que eu poderia ser ouvido; rebeldia contra a vergonha que tantas vezes nos ensinou a calar.

Quando chamam minha senha, eu me levanto. Endireito a roupa sem perceber, repetindo o mesmo gesto involuntário de todos antes de mim. E caminho em direção à sala que ouve e atende.

Adilson Eduardo Tostes Carmo

Estudante